

JORNALISMO ECONÓMICO EM TEMPOS DE CONCENTRAÇÃO – FACES VISÍVEIS DAS PRESSÕES SOBRE A INFORMAÇÃO

O movimento de concentração empresarial que atravessa praticamente todas as actividades económicas, incluindo a comunicação social, está a colocar novos problemas ao jornalismo em geral e à informação económica e financeira em particular, com especial relevo para um pequeno país, como Portugal, que não conta também com uma cultura de liberdade política e económica que imponha padrões de exigência.

No jornalismo económico as fontes e as notícias coincidem frequentemente com as empresas que garantem as receitas de publicidade do jornal. Nos jornais especializados, à coincidência das fontes, notícias e anunciantes juntam-se os leitores. Uma realidade que, não sendo original, pode assumir contornos mais problemáticos num mercado de pequena dimensão, onde um pequeno número de empresas de comunicação social tem os seus proveitos dependentes de um igualmente reduzido número de empresas que, por sua vez, são a principal origem das notícias dos jornalistas. E que se amplia se as empresas de comunicação social tiverem interesses accionistas noutros sectores de actividade fora dos *media*.

Os efeitos da concentração na liberdade de informar não se limita, assim, ao reduzido número de «sítios» que o jornalista tem ao seu dispor para trabalhar, uma conclusão a que se chega quando se olha apenas para a tendência de redução do número de grupos no sector dos *media*. A concentração em geral parece criar mecanismos de pressão sobre a informação económica e financeira, submetendo os jornalistas a condicionalismos dos quais dificilmente

Helena Garrido

Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

se consegue libertar, já que têm origem quer na entidade empregadora como nas suas fontes e leitores.

O problema não é uma preocupação de hoje. Francisco Pinto Balsemão, em 1971, escrevia que «a concentração prejudica a autonomia da Informação. Esse prejuízo é detectável sob dois prismas: por um lado é afectada a *liberdade de expressão*, a possibilidade de o homem transmitir uma opinião sem ser incomodado pelos poderes político e económico (...); por outro, é posta em causa a própria *Liberdade de Informação*, na medida em que a inatingível objectividade se dilui ainda mais, consoante os interesses do Governo ou do grupo económico proprietário do meio de comunicação social; se – para usar um exemplo inocente – uma revista pertence a um grupo açucareiro, nela não se escreverá que o açúcar engorda...» (1971: 104 com itálicos do autor).

Os limites à liberdade de informar existem pelos interesses do grupo de media noutras áreas de negócio, mas também pelo poder de mercado de outros grupos, dos quais dependem a sobrevivência financeira e económica da empresa de comunicação social. É o reflexo dos movimentos de concentração e diversificação das empresas, que se observam em todo o mundo, tendência reforçada pela globalização. A concentração, entendida como uma redução do número de empresas a actuar num mercado, permite que um grupo controle o mercado dos seus clientes e fornecedores, podendo assim ditar as regras do jogo.

Dos processos de concentração empresarial, como afirma Vítor Bento, «emergiram grandes empresas ou conglomerados multinacionais com uma dimensão económica superior à de muitos países» (2004:101). Salienta Bento que a Exxon Mobil, a maior empresa mundial ocupa a 45ª posição na lista das 100 maiores «economias», publicada no «World Economic Report» de 2002 da UNCTAD, ficando entre o Chile e o Paquistão. Nessa listagem há 29 «economias» que são multinacionais e não países.

Paul Krugman (2003: 281-283) coloca questões semelhantes para os Estados Unidos, revelando que o problema pode acontecer também nos grandes países com tradição democrática. «Os interesses económicos dos media podem prejudicar os objectivos de cobertura noticiosa?», pergunta num artigo em que analisa fundamentalmente a actuação da televisão. «Existiram já alguns exemplos perculiares de notícias não divulgadas», diz dando como exemplo uma manifestação anti-guerra em Washington envolvendo cerca de 100 mil pessoas e que «foi basicamente ignorada» por alguns dos *media* de referência.

O objectivo deste artigo é exactamente avaliar se os jornalistas da «tribo da economia» consideram o jornalismo económico mais condicionado hoje que no passado. Para o efeito foi elaborado um inquérito (ver anexo 1) sobre os condicionalismos do jornalismo económico, que acabou por revelar que a concentração é o factor mais citado, assumindo neste domínio especial peso os jornalistas que detêm funções de direcção e edição. A formação profissional é o segundo factor mais referido, mas aqui a preocupação é fundamentalmente de quem não tem cargos de chefia.

Ao longo de todas as respostas é clara a preocupação com a concentração, quer das empresas de comunicação como das fontes e/ou anunciantes. A concentração e coincidência de papéis não é contudo, vista como estrutural por todos os jornalistas, admitindo alguns que os seus efeitos mais nefastos são determinados pela conjuntura económica de crise, concluindo-se, implicitamente, que poderão ser ultrapassados com o regresso ao crescimento da economia. É ainda referido o interesse dos grupos de media noutras negócios como um dos factores de conflito de interesses.

O artigo começa por apresentar um resumido enquadramento do jornalismo especializado em economia nas últimas quase duas décadas e uma breve caracterização das empresas de comunicação social em Portugal. Seguem-se a descrição dos resultados do inquérito com a avaliação dos jornalistas com cargos de direcção, a sistematização dos incentivos que parecem estar instalados e as conclusões.

1. Um jornalismo jovem – breve enquadramento histórico

O jornalismo económico e financeiro no regime democrático em Portugal tem menos de duas décadas, podendo estabelecer-se como marco de referência para o seu renascimento formal após o 25 de Abril de 1974 o lançamento, no início de 1987, de dois semanários especializados, o *Semanário Económico* e o *Jornal do Comércio* (na sua reedição) assim como os suplementos do *Diário de Notícias* e do *Tempo*.

A informação económica, antes do 25 de Abril, entre 1968 e 1973, foi revalorizada. Não se pode dizer, contudo, que existissem jornalistas especializados em matérias económicas. No *Diário de Notícias*, por exemplo, e sem qualquer tentativa de sistematização, a página de «Economia e Finanças» conta em geral com artigos assinados por economistas (DN, 1971, 17 e 31 de Agosto). Neste exemplo, podemos ler a 17 de Agosto a notícia de inconvertibilidade do dólar, que põe fim ao sistema de Bretton Woods, e que faz manchete do DN a 17 de Agosto, com o título «Nixon dá um golpe de surpresa tornando o dólar inconvertível e flutuante». A 31 de Agosto encontramos na página de «Economia e Finanças» artigos de análise sobre o sistema monetário internacional por Jorge Braga de Macedo.

Os anos de 1986 e 1987, marcados pelo renascimento da informação especializada em economia, coincidiram com o início do processo de liberalização da economia portuguesa no quadro da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE). O ano de 1987 é aliás marcado pelo primeiro «crash» bolsista após o 25 de Abril de 1974. A oferta de informação económica surge como uma espécie de antecipação da procura, coincidindo basicamente com o processo de liberalização da economia e com uma fase de prosperidade que terminará em 1993.

A informação económica teve, durante algum tempo, como fonte fundamental, se não única, o Governo e incidia maioritariamente sobre matérias macroeconómicas, como as políticas cambial e de taxas de juro ou as contas públicas e externas. A banca, os seguros, a energia e as telecomunicações pertenciam ao sector público, limitando significativamente o interesse pela informação empresarial. As privatizações, iniciadas em finais da década de 80, imprimiram uma nova dinâmica ao mercado de capitais e à informação económica.

A integração de Portugal na União Económica e Monetária em 1999 pode ser considerada como o acontecimento que marcou definitivamente a passagem de um jornalismo económico ancorado na macroeconomia para uma informação económica centrada nas empresas. Esta perda de peso da informação macroeconómica reflecte não só a transferência da soberania monetária do Estado para o Banco Central Europeu e a acentuada redução da margem de manobra no domínio da política orçamental, como também as novas necessidades de informação criadas pela privatização e liberalização da economia.

Hoje, 2004, o Governo está ausente em boa parte dos sectores de actividade e os jornalistas que seguem o mercado de capitais e algumas empresas cotadas não precisam de aceder diariamente

aos Ministérios ou à administração pública como fonte de informação. Os próprios órgãos de informação foram envolvidos nestas mudanças, e o capital dos grupos detentores de jornais é hoje controlado por empresas privadas nacionais e estrangeiras. O que não significa, obviamente, que os governos deixaram de ter influência, podem é ter-se reduzido e/ou alterado os mecanismos através dos quais exercem pressão, quando se compara com o tempo em que os jornais eram públicos

A forte presença do Estado na actividade económica, quer indirectamente, no Estado Novo, como directamente como aconteceu com as nacionalizações a 11 de Março de 1975, constitui um condicionalismo quer à oferta como à procura de informação económica, dando a Portugal algumas características de especificidade neste domínio. Esta falta de cultura económica, afectando toda a sociedade e não poupando obviamente os jornalistas, acaba por reforçar os condicionalismos da produção de informação económica e financeira.

As restrições impostas pela complexidade das matérias são assim mais amplas que em países como os de origem anglo-saxónica, onde existe uma tradição maior de procura e oferta dessa informação. A tradição liberal – no sentido económico – desses países criou a necessidade de estar informado sobre matérias económicas e financeiras, o que não acontece, obviamente, em países onde a esmagadora maioria dos preços são administrados.

A transformação registada na estrutura económica portuguesa, além de desencadear a oferta de informação especializada em economia, transfere ainda o centro das restrições à informação da esfera política para o universo económico no seu sentido lato. Já não é o Governo a principal origem de condicionalismo, mas as empresas sobre as quais se faz as notícias e, indirectamente, a própria empresa de produção das notícias. Não é por acaso que a esmagadora maioria dos jornalistas que assumem funções de direcção diz hoje que a informação económica está mais condicionada que no passado.

2. O sector da comunicação social em Portugal

O sector da comunicação social em Portugal é fundamentalmente caracterizado por sete grupos privados¹: Impresa, Portugal Telecom, Media Capital, Cofina, Sonaecom, Impala e, mais recentemente, Recoletos. No sector público está a Portugal Global, «holding» que detém a RTP, RDP e Lusa.

A Impresa, cotada em bolsa, pode ser considerada o maior grupo de media do país, sendo o único que se dedica exclusivamente a esta área de negócio. Tendo como referência o Anuário de Comunicação 2002-2003 do Observatório da Comunicação, o grupo liderado por Francisco Pinto Balsemão tem o «Expresso», que edita através da «holding» Controljournal. Por via da Edimpresa, publica, entre outras, as revistas de informação geral «Visão» e mensal de economia «Exame» assim como publicações especializadas por temas ou segmento de mercado, como é o caso da «Caras», «Turbo» ou «Activa». Na televisão detém um canal em sinal aberto, a SIC, e tem ainda um canal noticioso no cabo, a SIC Notícias.

A Portugal Telecom, através da PT Multimédia que detém a Lusomundo, tem, segundo o Anuário citado, «a maior parte dos diários generalistas portugueses» (Obercom, 2002: 185). Pertencem à

¹ O Estado ainda tem 500 acções na PT, uma «golden share» que lhe concede direitos accionistas especiais. É, por exemplo, necessário o voto favorável do Estado na escolha do presidente do Conselho de Administração assim como nas orientações estratégicas do grupo.

Portugal Telecom o «Jornal de Notícias», «Diário de Notícias» e o «jornal mais identificado com o registo tablóide», (op. cit: 185) o «24 horas». O grupo PT, que tem como accionista de referência o Grupo financeiro Espírito Santo, actua nas telecomunicações fixas e móveis, na TV por cabo e no fornecimento de ligações à Internet. Além da PT, está cotada em bolsa a PT Multimédia.

A Media Capital tem como activos mais importantes a TVI e várias frequências de rádio. Liderada por Miguel Paes do Amaral, colocou o seu capital em bolsa no primeiro trimestre deste ano. Fora dos *media*, o grupo actua no sector da internet, concorrendo, por via do IOL, com a PT e a Sonae no fornecimento de acessos.

O Grupo Cofina, liderado por Paulo Fernandes, está nos *media* através da sua «holding» Investec. É proprietário dos jornais de informação geral e de carácter popular, «Correio da Manhã», desportivo, Record, e de economia «Jornal de Negócios». Na Internet está presente também na informação económica, em negócios.pt e edita ainda revistas como a Máxima, Vogue, TV Guia e Autosport. O grupo tem interesses na indústria, onde detém a Celulose do Caima, a F. Ramada (transformação e comercialização de aços para a metalomecânica) e a Vista Alegre Atlantis. Detém ainda a WhatEverNet, dedicada às novas tecnologias.

A Sonaecom, de Belmiro de Azevedo, detém o jornal diário «Público» e o «Público on-line», através da sua participada «Media e Internet». Além dos jornais, esta é a «holding» de Belmiro de Azevedo que concentra os negócios de telecomunicações móveis – a Optimus – e fixas – a Novis – bem como o canal «Clix» e a área das tecnológicas. O grupo Sonae, além das telecomunicações, tem interesses na indústria, nomeadamente no sector das madeiras e no papel, bem como no imobiliário e no turismo.

Especializada em informação económica, a «Económica» é detida pelo grupo espanhol Recoletos, e publica neste momento o «Diário Económico» e o «Semanário Económico». A Recoletos, também cotada em bolsa, é um grupo de media controlado pelo grupo britânico Pearson – com 78,93% do capital, de acordo com o *site* – que edita o «Financial Times». Em Espanha está na informação desportiva e económica, respectivamente com a «Marca» e com o diário «Expansion» e o canal de televisão «Expansión TV». Fora dos *media*, o grupo tem desenvolvido a área de negócio das conferências.

O grupo Impala, detido por Jacques Rodrigues, é «mais orientado para a informação de registo popular» (Obercom: 2002) e tem igualmente interesses noutros sectores. «Os seus negócios abrangem, para além dos media, entretenimento, crédito, venda de material informático, aluguer de automóveis, comércio de moda/perfumarias, turismo/hotelaria e construção civil».

No conjunto dos sete grupos apenas um, a Impresa, se dedica a actividades exclusivamente no sector dos *media*. Todos os outros estão noutras áreas de negócios. A par dos potenciais conflitos de interesse gerados pela presença noutros sectores de actividade, a existência de sete grupos privados não garante uma reduzida concentração. Olhando para a imprensa, objecto deste trabalho, a Portugal Telecom concentra os principais diários generalistas, já que fora do seu universo apenas está o «Público» e o «Correio da Manhã». Outros dois grupos, Recoletos e Cofina, controlam a informação económica. Um dos grupos de media, a Portugal Telecom, é uma das maiores empresas portuguesas e detém ainda infra-estruturas, como a rede fixa e de cabo, que podem condicionar o crescimento dos seus concorrentes na internet e na televisão. As telecomunicações são aliás um dos sectores, tal como a energia, com que a Autoridade da Concorrência portuguesa mais se tem preocupado (Mateus, 2004).

A maioria dos jornalistas de economia trabalham assim em grupos que têm interesses noutros sectores de actividade ou negócios, num país onde, tal como se regista noutros, se assiste à concentração – redução do número de empresas em cada sector – e à diversificação dos negócios – com esse menor número de grupos presente em vários sectores de actividade. As participações dos grupos presentes nos sectores financeiro, de energia e telecomunicações em Portugal é um exemplo.²

3. Um pequeno inquérito a directores, editores e jornalistas

Um pequeno inquérito com cinco questões foi enviado por *e-mail* a 18 jornalistas, oito dos quais com funções de direcção e quatro com responsabilidade de edição. Responderam 15, sete com responsabilidades de direcção e três de edição. Os restantes cinco são jornalistas seniores, com pelo menos dez anos de actividade. (Ver anexo 1).

A amostra não teve como objectivo ser representativa, pretendendo-se fundamentalmente abranger os jornalistas que produzem e sobretudo que orientam e editam a produção de informação económica e financeira na imprensa especializada, Diário Económico, Semanário Económico e Jornal de Negócios, e nos três jornais generalistas de referência, Expresso, Público e Diário de Notícias.

O objectivo fundamental foi apurar a avaliação que os jornalistas fazem dos condicionalismos que se colocam hoje à actividade de informar sobre matérias económicas e financeiras, tentando comparar com o passado. A escolha do tema, condicionalismos ao jornalismo económico, é justificada pelas preocupações, manifestadas por alguns jornalistas, com os efeitos da concentração das actividades económicas em geral e dos media em particular. É ainda colocada a questão sobre as diferenças ou semelhanças entre os condicionalismos dos jornalismo económico e político.

Num segundo grupo de questões (perguntas 4 e 5) pretendeu-se avaliar como é que os jornalistas e os meios de comunicação têm lidado com a complexidade das matérias económicas e financeiras.

3.1 Descrição dos resultados

Dos quinze jornalistas que responderam, 11 afirmam inequivocamente que o jornalismo económico em Portugal está hoje mais condicionado que no passado. No grupo dos quatro que não vêem um reforço das restrições ao exercício da actividade jornalística, apenas um considera que os condicionalismos não aumentaram. Os outros afirmam que se alterou a natureza das condições, admitindo apenas que a situação hoje pode não ser pior que no passado ou que o que se passa actualmente tem raízes fundamentalmente conjunturais.

Quando se analisam os resultados por funções exercidas pelos jornalistas inquiridos, verifica-se que dos sete que exercem funções de direcção, seis afirmam que o jornalismo económico está mais condicionado. Dos três editores inquiridos, dois também consideram que se está hoje perante um maior condicionalismo. E no sub-grupo de jornalistas, são dois em cinco os que afirmam existem hoje maiores restrições.

² No sector financeiro, o país tem cinco grandes bancos, a CGD, pública, o BCP, BPI, BES e Santander; nas telecomunicações o sector é dominado pela PT que tem o Grupo Espírito Santo como principal accionista, e na energia pela EDP, que está também nas telecomunicações e tem entre os seus accionistas o BCP.

No conjunto dos factores que mais condicionam o jornalismo económico, a concentração é o mais referido, seguindo-se a formação profissional e a concentração e sofisticação das fontes. Sublinhe-se que a pergunta (ver anexo 1) sobre os factores que condicionam a actividade jornalística, no domínio da informação económica, não é aberta, referindo-se designadamente a formação profissional e concentração das empresas de comunicação social e das fontes.

Dos 15 jornalistas, 12 citam a concentração das empresas dos *media* como um dos factores que condiciona a informação sobre matérias económicas e financeiras, nove referem a formação profissional e cinco a concentração de fontes a par da sua sofisticação, como consequência da crescente profissionalização da comunicação, nomeadamente com a contratação de agências especializadas.

À luz das funções exercidas, verifica-se que os jornalistas com responsabilidades de direcção são os que mais referem a concentração como um dos actuais condicionalismos do jornalismo económico. A formação profissional é o factor mais citado pelos jornalistas sem funções de chefia.

Na resposta à questão sobre as semelhanças entre os condicionalismos dos jornalismo económico e político, uma maioria pouco clara (8 em 15) considera que são diferentes, referindo especialmente que os efeitos que a informação económica pode ter são mais significativos.

No grupo relativo às questões sobre a forma como os jornalistas de economia têm lidado com a complexidade das matérias que tratam, a maioria (11 em 15) afirma que se tem assistido a uma crescente especialização. Mas a maioria (9 em 15) afirma também que o «economês» se tem sobreposto à simplificação da linguagem.

3.2. A avaliação de quem responde

O movimento de concentração empresarial em termos gerais, abrangendo quer a redução do número de grupos de comunicação social como a quantidade de empresas a actuar nas áreas de actividade económica com maior peso, como por exemplo, os sectores financeiro e de telecomunicações, atravessa praticamente todas as respostas às questões sobre a evolução dos condicionalismos ao jornalismo económico.

Pela sua importância, pelo papel que desempenham nas empresas de comunicação social de ligação entre a administração e a redacção, assume especial relevo o facto de a esmagadora maioria dos jornalistas com funções de direcção (5 em 7) mostrarem alguma preocupação com a nova natureza dos condicionalismos ao exercício do jornalismo económico. Eis algumas dessas avaliações realizadas pelos jornalistas com funções de direcção que responderam às questões colocadas.

Nicolau Santos, subdirector do Expresso e um dos fundadores do Semanário Económico e do Diário Económico, na questão sobre os factores que condicionam o jornalismo económico refere «a concentração editorial, que limita o movimento profissional dos jornalistas e a sua liberdade de escrever»; «a concentração das fontes» que «com mais poder, têm acesso aos presidentes e aos directores do “nosso grupo” e pressionam por essas vias as notícias que não lhes são favoráveis»; os interesses dos grupos editoriais noutras áreas de negócio; o facto de os grupos *media* estarem cotados em bolsa e ainda «as manobras de sedução» de jornalistas.

«A concentração condiciona o trabalho dos jornalistas e a conjugação desse fenómeno com a reduzida dimensão do mercado agrava a situação», responde João Cândido da Silva, director-

adjunto do Diário Económico, citando como outros condicionalismos «a capacidade das fontes para gerirem a colocação de informação» e a falta de formação profissional.

«A concentração de tudo: proprietários dos meios, dos anunciantes – sobretudo no sistema financeiro, onde há menos bancos, mas também noutros sectores de actividade, como as telecomunicações e a energia, por exemplo, onde continua a dominar uma única empresa», são os factores citados por Sérgio Figueiredo, director do Jornal de Negócios que considera igualmente que hoje o jornalismo económico está «muito mais» condicionado que no passado. Avança, contudo, para uma explicação alternativa para o reforço dos condicionalismos ao jornalismo económico: «A profunda crise financeira que os grupos de “media” atravessaram nos últimos três anos agravou a sua vulnerabilidade face ao exterior, tornando-os menos independentes, porque mais expostos a pressões».

Luísa Bessa, sub-directora do Jornal de Negócios, também considera que hoje o jornalismo económico está mais condicionado. Tendo interrompido a actividade jornalística entre 1999 e 2002, afirma que «o exercício do jornalismo económico é hoje mais condicionado pelo poder económico» do que era na altura, «assistindo com mais frequência ao recurso das empresas ao corte de publicidade» para impedir a publicação de informação que desaprovam. Uma forma de pressão que, no passado, era usada em situações extremas. «A profissionalização das estruturas de comunicação das empresas», a «falta de formação profissional» e a existência de grupos de media com interesses noutros sectores, como é o caso da Sonae/Público, PT/ Lusomundo e Cofina/Investec, são outros dos condicionalismos referidos por Luísa Bessa.

Vitor Costa, director-adjunto do Semanário Económico, também considera que o jornalismo económico está mais condicionado, identificando como principal razão a «concentração dos media» que, ao «diminuir as opções de postos de trabalho», faz com que, «em situações de pressão por parte das administrações, seja mais difícil resistir».

Francisco Ferreira da Silva, director adjunto do Diário de Notícias, embora considere que o jornalismo económico está hoje mais condicionado que no passado, avalia isso como um sintoma de desenvolvimento do país. «O país evoluiu, os jornais e jornalistas evoluíram e o mercado também é mais sofisticado e atento», afirma, defendendo que tal é até positivo na medida em que «já não são possíveis algumas notícias, em que se confundiam lucros com resultados operacionais».

Paulo Ferreira, director-adjunto do Jornal de Negócios, é um dos únicos jornalistas com responsabilidade de direcção que considera que existem factores que reforçam os condicionalismos – como a concentração e a concorrência entre grupos de media –, mas outros que os fizeram diminuir, como a preparação dos jornalistas, hoje melhor que no passado, e a massa crítica do mercado, também hoje superior ao passado. Do confronto entre estas duas tendências, diz que «o balanço não é negativo». Sobre os factores que condicionam o jornalismo económico, além da concentração e da formação profissional refere ainda «a coincidência entre objectos de notícia e anunciantes, o crescente imediatismo e a sofisticação da propaganda política e empresarial».

4. Os conflitos de interesses e os incentivos perversos

A descrição dos mais recentes mecanismos de pressão no domínio do jornalismo económico parece ser a de um círculo vicioso, que concilia um conjunto de incentivos perversos, com prejuízo para a informação económica que não sirva os interesses das empresas que concentram a factura

publicitária dos jornais. Empresas jornalísticas e jornalistas parecem estar colocados numa posição em que, perante conflitos de interesses, têm um forte incentivo para dar lugar à «informação positiva», por acção passiva, ditada pela falta de formação, ou activa, por escolha consciente. A denúncia de irregularidades pode ter um preço que os jornalistas e muito menos as empresas de comunicação social não estão dispostos a pagar. Estar convencido do contrário pode corresponder a uma visão romântica do exercício da profissão.

A concentração das actividades económicas em geral coloca os jornais na dependência financeira de um grupo restrito de empresas que são exactamente aquelas onde tem origem a maior parte da informação económica e financeira, coincidindo, mais frequentemente que no passado, o anunciante com a fonte de informação.

Perante uma informação que não sirva os interesses das empresas que controlam hoje o bolo publicitário dos jornais e, como tal, boa parte dos seus proveitos, o jornalista corre o risco de não ter saída. Sob a ameaça de um corte da publicidade chega a pressão interna da gestão da empresa. Do lado externo vem a pressão da fonte, que poderá fechar a porta a informação futura. O círculo completa-se com a concentração dos órgãos de comunicação social, uma vez que, se insistir em avançar com a informação pode inviabilizar a sua carreira não apenas na empresa em que está como nos outros grupos.

Tudo começa com a pressão directa junto do accionista, do director ou do chefe de redacção, as iniciativas que precedem a «bomba atómica», poucas vezes lançada mas frequentemente usada como ameaça, da suspensão da publicidade no jornal.

Um jornalista poderia ficar indiferente a essas pressões da administração, mas acaba por ser directamente afectado por via da «concentração das fontes de informação». A mesma empresa que pressiona ou ameaça retirar a publicidade por «mau comportamento» do jornal escusa-se igualmente a fornecer informação ao jornalista, que fica assim em desvantagem perante a concorrência, interna e externa ao jornal, vendo-se afectado no seu desempenho profissional e progressão na carreira.

O receio de perder o emprego faz com que a pressão do director ou do editor sejam em geral suficientes. O receio de perder o emprego deve aqui ser entendido como o medo de «desaparecer» das páginas dos jornais por via de deixar de escrever. O que pode acontecer quer por acção activa de quem tem a direcção editorial do jornal – o que no passado era «empratear», hoje, com as exigências de rentabilidade, pode assumir o modelo de transferência de secção – quer porque não consegue obter informação por estar «censurado» pelas suas fontes. O medo tem ainda origem na possibilidade de a «fonte» passar a informação a outro jornalista da equipa que poderá acabar por ficar a seguir o tema. A forte concorrência que também existe entre os profissionais do sector, agravada com o desemprego, pode manter este medo ainda mais aceso.

Como os problemas com o emprego se agravam em época de crise económica e como é exactamente nesta altura que se encontram as «más notícias», parece existir um incentivo perverso para «dourar» a realidade nas épocas de crise. O que, não pelos melhores motivos, contraria a tese de que a informação jornalística dá sempre da realidade uma visão negativamente distorcida. A comportarem-se de acordo com o incentivo, o que se verificaria é que a informação económica seria mais favorável que a realidade em tempos de crise e mais desfavorável em tempos de prosperidade, ou seja, anti-cíclica.

Restrições adicionais colocam-se nos jornais que pertencem a empresas cotadas em bolsa ou a grupos que têm interesses noutros sectores de actividade. O jornalista que escreve sobre a empresa

cotada em bolsa que detém a sua publicação está especialmente condicionado no momento em que tiver de avançar com notícias menos favoráveis, podendo no limite, ser internamente pressionado para ignorar os factos negativos.

Mais complexo é o caso de grupos com interesses noutros sectores de actividade. Se não o accionista, o próprio jornalista tenderá a exercer alguma auto-censura e os leitores qualificados, conhecedores das ligações empresariais do jornal, tenderão a fazer leituras nas entrelinhas, mesmo que incorrectas, de informações de jornais. É um caso em que se o jornal der a notícia do seu grupo é visto como um «frete» mas se não a der fica em desvantagem perante a concorrência, especialmente se estivermos perante um grupo com peso na economia e no mercado de capitais do país, como é o caso da Portugal Telecom.

A dramatização, por via da crise económica e/ou da concentração, do conflito entre o produto que produz – informação – e a principal origem dos seus proveitos – a publicidade – tende, aparentemente, a degradar a qualidade e credibilidade da informação, exactamente aquilo que oferecem os jornais, parecendo existir aqui aquilo que os economistas designam como «inconsistência intertemporal de planos ótimos»³. No curto prazo, a solução ótima para a empresa de comunicação social é ceder às pressões que os seus «anunciantes» exercem sobre a qualidade do seu produto, para manter os proveitos. Mas a longo prazo, o preço pode ser a descredibilização do jornal, ou seja, a destruição do seu negócio de base. A falta de gestores de empresas de comunicação social parece ter impedido que se tome consciência dos efeitos de solucionar este conflito pela via de privilegiar a componente financeira de curto prazo, cedendo às pressões. Se o grupo é cotado em bolsa, tendo por isso de ceder a uma orientação de gestão para os analistas que exigem resultados de curto prazo, o gestor pode, contudo, não ter outra alternativa se não concentrar-se nos lucros mesmo que à custa da base económica do negócio, a credibilidade.

Conclusões

Informação não publicada é, no limite, a consequência dos condicionalismos colocados pelo «conflito de interesses» por via da concentração empresarial e diversificação dos grupos de media a outras áreas de negócio. No caso da não cobertura de uma manifestação contra a guerra, como é referido por Krugman, ou nos mais recentes acontecimentos dos atentados de 11 de Março em Espanha parece ser fácil concluir que existiu uma escolha de «não informar». Mas, na informação económica já é mais complexo avaliar se a informação não foi divulgada por «escolha» ou por «desconhecimento».

Um caso como o que ocorreu em Espanha com a informação sobre o ataque terrorista de 11 de Março dificilmente se verificaria em Portugal. Mas, um caso Enron também dificilmente seria denunciado por jornalistas, como o não foi nos Estados Unidos (Sherman, 2002) e antes já não tinha sido o risco de falência das caixas de poupança nos anos 80 (Rosen, 2003: 32). Não foi um jornalista mas o gestor de um «hedge fund», fundo de investimento dirigido a clientes de elevado

³ A inconsistência intertemporal de planos ótimos mostra que aquilo que por vezes é a melhor solução no horizonte de curto prazo, não o é a médio e longo prazo. Problema colocado pela primeira vez, segundo Bento (2004:141), por Fin Kydland e Edmund Prescott no *Journal of Political Economy*, nº87 de 1977, com o título «Rules rather than Discretion: The inconsistency of optimal plans», tem sido aplicada na economia fundamentalmente a política monetária.

rendimento, que detectou e começou a desfiar os problemas da Enron, cuja falência por endividamento ocorreu em Dezembro de 2001 e arrastou para a queda uma das maiores empresas de auditoria do mundo, a Arthur Andersen, assim como abalou todo o sistema de relações entre a banca de investimento, as empresas que querem estar cotadas em bolsa e os clientes aforradores que aplicam em acções.

A incapacidade dos jornalistas detectarem notícias⁴ como as do caso Enron suscita outro tipo de questões, relacionadas com a forma como podem resolver o problema da crescente complexidade das matérias económicas e financeiras sem ficarem na dependência de analistas financeiros, consultores ou auditores, com interesses específicos a defender que podem ser prejudicados por uma informação transparente.

Há condicionalismos na informação económica e financeira que são comuns a todos os países, atravessando todas as democracias, e que estão relacionados com a complexidade dos temas tratados. A questão é saber se Portugal, devido à reduzida dimensão do seu mercado, à limitada exigência dos leitores e às deficiências de formação dos jornalistas e dirigentes, se confronta com pressões adicionais com efeitos na informação que se oferece.

É difícil avaliar se há informação empresarial que fica por publicar em Portugal por pressão dos grupos junto dos accionistas, administradores, directores, editores e mesmo jornalistas. Ou se é alterada a orientação da notícia, ignorando ou dando menor relevo a aspectos que podem afectar negativamente a vida da empresa. Pode, contudo, dizer-se que existe um incentivo para a informação ser distorcida no sentido positivo, o que se traduz numa visão mais optimista nos tempos de crise.

Os efeitos da concentração não parecem ser suficientemente contrariados por factores como a formação dos gestores, directores e jornalistas ou pela exigência dos leitores. As deficiências de educação dos portugueses em geral e de educação económica em particular não criam a massa crítica que, por via da descredibilização, possa levar a impor com rapidez, um preço financeiro às empresas de comunicação que cedem às pressões, incentivando-as a dar mais valor à credibilidade que às ameaças de perda de publicidade ou outras.

É ainda de admitir que as pressões sobre o exercício do jornalismo económico tenham característica anti-cíclicas, ou seja, aumentam quando a actividade económica cai. É nestas alturas que surgem as «más notícias». E as empresas de comunicação social, por necessidade de proveitos, e os jornalistas, por receio de perder o emprego, têm um forte incentivo em ceder às pressões dos grupos portadores das más notícias, que são também os que garantem a publicidade e os leitores. Os tempos de prosperidade mostrarão se se está perante um problema meramente conjuntural ou estrutural, no sentido em que é um reflexo da maior concentração empresarial.

Outra linha de reflexão mais vasta leva a questionar se este condicionalismo se coloca apenas à informação económica ou se é mais abrangente, podendo ser alargado ao jornalismo em geral, mas não sendo um problema deste universo, mas antes o reflexo da desagregação das sociedades, baseadas no Estado-Nação, tal como as conhecemos hoje, numa consequência da globalização. O poder dos estados, com especial relevo para os pequenos países, está hoje mais condicionado que no passado (Bento, 2004). O maior condicionalismo do jornalismo económico seria apenas o espelho dessa desagregação dos poderes do Estado, fruto de uma globalização não regulada. E o problema

⁴ Em Portugal, os jornalistas também não têm uma história de denúncia de casos na área das empresas, podendo encontrar-se algumas histórias mas no domínio das políticas governamentais e no fisco.

não está apenas num pequeno país, mas pode abranger, em graus diferentes, todos, como o demonstra a questão colocada por Krugman (2003: 283): «Os conflitos de interesse da nossa muito concentrada media constitui uma ameaça à democracia?».

Seja por razões mais vastas, como a desagregação do poder do Estado-Nação ou outras, a concentração empresarial nos diversos sectores da actividade económica, incluindo nos *media*, parece estar a produzir grupos de pressão com uma influência que pode ser nefasta para a qualidade, rigor e isenção da informação económica. As preocupações manifestadas pelos jornalistas justificam, por isso, que se pense em mecanismos que contrariem os incentivos perversos que parecem estar instalados, na sequência dos recentes movimentos de concentração e que ameaçam, a prazo, a viabilidade dos projectos jornalísticos e podem condicionar, seriamente, a liberdade de imprensa e o exercício da democracia.

Não acreditando em mecanismos como os das ordens profissionais, que em Portugal, com os exemplos dos médicos e advogados, têm produzido resultados no mínimo discutíveis na defesa do interesse público (Garoupa, 2004), uma das vias possíveis poderia passar pelo reforço de mecanismos de auto-regulação. Balsemão (1971: 106) defende que, «apesar da unificação do estatuto da empresa, seja preservada a independência da equipa redactorial de cada publicação da empresa». E isso poderia ser concretizado por via da «lei», com a consagração do estatuto de independência das redacções, dos conselhos de redacção e o estatuto da empresa, e por via «da prática» com a «política de direcção da empresa (...), do espírito de equipa (...) e da actividade de instituições vestais, ou seja, de organizações que idealisticamente mantenham acesa a chama da liberdade de imprensa: sindicatos, associações de imprensa, oposição política, associações de leitores». Boa parte destas sugestões, ainda que enquadradas num tempo em que ainda não se vivia num regime democrático, mantêm actualidade.

Uma sugestão que parece prometer especial eficácia passa pelos conselhos de redacção, que podem desempenhar neste domínio um papel importante, desde que os seus poderes sejam repensados e tornados mais efectivos.

Anexo 1

As perguntas foram a enviadas a jornalistas com o mínimo de dez anos de profissão, privilegiando-se os jornais especializados, Diário Económico, Semanário Económico e Jornal de Negócios, assim como os órgão de referência, Expresso, Público e Diário de Notícias. Optou-se ainda por questionar quem está a exercer ou tenha exercido funções de direcção ou chefia. Nem todos responderam.

Os 15 jornalistas que responderam têm as seguintes características:

- Diário Económico 3, um é director-adjunto e dois editores; Jornal de Negócios 5, integrando o director, os dois directores adjuntos, um editor e um jornalista sénior; Semanário Económico, um, o director-adjunto; Expresso, 1, director-adjunto; Diário de Notícias, 4, um dos quais é director-adjunto; Público, 1, jornalista sénior.

As respostas enviadas foram as seguintes:

- 1) O jornalismo económico em Portugal está hoje mais condicionado que no passado?
- 2) Que factores condicionam o jornalismo económico em Portugal? (Formação profissional; estrutura concentrada dos grupos de media; concentração das fontes ou outros factores).

- 3) Os condicionalismos ao jornalismo económico podem ser considerados iguais aos que se observam no jornalismo político?
- 4) Como é que o jornalismo económico tem lidado com a complexidade dos temas que aborda: através da especialização ou do uso de fontes?
- 5) Com tem sido resolvido o problema da complexidade dos temas económicos: com simplificação excessiva ou com o refúgio ao «economês».

Agradecimentos

Agradeço aos meus colegas a disponibilidade que tiveram em responder às perguntas e a disponibilização de alguma bibliografia.

Referências

- Balsemão, Francisco Pinto (1971), *Informar ou depender*, Ática.
- Bento, Vítor (2004), *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Almedina.
- Diário de Notícias, 1971, edições de 17 de Agosto e 31 de Agosto.
- Garoupa, Nuno (2004), «Regulation of professions in Portugal: a case study in rent-seeking», Conferência do Banco de Portugal, Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu.
- Krugman, Paul (2003), *The great unravelling – From boom to boost in three scandalous years*, Penguin Books.
- Obercom, Observatório da Comunicação, *Anuário da Comunicação 2002-2003*.
- Rosen, Jay (2003) «Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media», in Nelson Traquina e Mário Mesquita (2003) *Jornalismo Cívico*, Col. Media e Jornalismo, Livros Horizonte.
- Sherman, Scott (2002) «Gimme na “E” – Enron, Uncovering the uncovered Story», *Columbia Journalism Review*, Março/Abril de 2002.

